

A FORMAÇÃO DO PEDAGOGO E SUA ATUAÇÃO EM EQUIPES MULTIPROFISSIONAIS DE ATENDIMENTO A CRIANÇAS ESPECIAIS

THE FORMATION OF THE TEACHER AND THEIR ROLE IN MULTIPROFESSIONAL TEAMS OF SERVICE TO SPECIAL CHILDREN

LA FORMACIÓN DEL EDUCADOR Y SU ACCIÓN EN EQUIPOS MULTIPROFESIONALES EN LOS ASISTENCIA A LOS NIÑOS ESPECIALES

Erica Pires Conde¹

<https://orcid.org/0000-0003-0473-7870>

Bruno Melo Cunha²

<https://orcid.org/0000-0002-1940-0181>

¹Universidade Federal do Piauí, Teresina, Piauí – Brasil. E-mail: ericaconde@uol.com.br.

²Universidade Federal do Piauí, Teresina, Piauí – Brasil. E-mail: brunomelocunha@gmail.com

Resumo

Diante das novas mudanças sociais, o profissional de Pedagogia passou a atuar em áreas diversas. Com base nessa afirmação, inquireu-se: o pedagogo está nos grupos multiprofissionais de atendimento a crianças especiais? Assim, foram os objetivos deste estudo: identificar se o pedagogo aparece nas equipes multiprofissionais de terapias de crianças com necessidades educativas especiais, constatar qual o lócus do pedagogo nesses grupos e mostrar a importância em haver um profissional de Pedagogia em uma equipe multiprofissional. A pesquisa foi do tipo descritiva, de cunho qualitativo, no espaço cibernético, WhatsApp, com cinco pessoas que faziam parte de um grupo de 11 mães de crianças especiais. O profissional de Pedagogia é o responsável por fazer reflexões contínuas sobre o processo de ensino-aprendizagem no espaço escolar ou fora dele. Sua importância em uma equipe multiprofissional consiste, sobretudo, em ensinar o currículo escolar. O resultado mostra que o pedagogo, regra geral, não aparece nesses grupos multiprofissionais de terapia e, quando está presente, continua atuando apenas no espaço escolar, geralmente, como acompanhante pedagógico.

Palavras-chave: Pedagogo. Formação. Equipes Multiprofissionais.



Abstract

Faced with the new social changes, the pedagogy professional began to work in diverse areas. Based on this statement, we ask: Is the pedagogue in the multiprofessional groups of care for special children? Thus, the objectives were: to identify if the pedagogue appears in the multiprofessional teams of therapies for children with special educational needs, to verify the pedagogic locus in these groups and to show the importance of having a pedagogical professional in a multiprofessional team. We did a descriptive, qualitative research, in the cyberspace, WhatsApp, with five people who were part of a group of 11 mothers of special children. The pedagogy professional is responsible for continuous reflections on the teaching-learning process in the school space or out of it. Its importance in a multiprofessional team is to teach the school curriculum. The result shows that the pedagogue, as a rule, does not appear in these multiprofessional therapy groups, and, when present, continues to act only in the school space, as often, as a pedagogical companion.

Keywords: *Pedagogue. Formation. Multiprofessional Teams.*

Resumen

A la vista de los nuevos cambios, la actuación del profesional de pedagogía se ha convertido para variadas áreas. Basado en esa declaración, se cuestionó: ¿El profesores se encuentra en los grupos multiprofesionales de atención para niños especiales? Así, han sido los objetivos de este estudio: identificar si pedagogo forma parte de los equipos multiprofesionales de terapias para niños con necesidades educativas especiales, probar qué locus el profesor tiene ocupado en esos grupos y mostrar la importancia de haber un profesional de pedagogía en un equipo multiprofesional. La investigación ha sido de tipo descriptivo, de carácter cualitativo, en el ciberespacio, WhatsApp, con cinco personas que han formado parte de un equipo de 11 madres de niños especiales. El profesional de pedagogía es responsable de las continuas reflexiones sobre el proceso de enseñanza-aprendizaje en la escuela o afuera de ella. Su importancia nun equipo multidisciplinar es, sobre todo, enseñar el plan de estudios. El resultado muestra que el pedagogo, frecuentemente, no hace parte de esos equipos multiprofesionales de terapia y, cuando lo hace, permanece actuando solo en el espacio de la escuela, en general, como acompañante pedagógico.

Palabras-clave: *Educador. Formación. Equipos Multiprofesionales.*

1 Introdução

As discussões sobre a eficiência de grupos multiprofissionais de atendimento a crianças com necessidades especiais crescem cada vez mais no Brasil. Partindo desse pressuposto, procuramos investigar o lugar do pedagogo nesses grupos. Começamos a nossa investigação considerando que, diante das novas mudanças sociais, o profissional de Pedagogia não atua apenas no ambiente escolar, mas em campos diversos, levando-o a adquirir novos conhecimentos.

Com base nessas afirmações, inquiremos: qual o lugar do pedagogo em grupos multiprofissionais de atendimento a crianças especiais? Foram três os nossos objetivos: identificar se o pedagogo aparece nas equipes multiprofissionais de terapias de crianças com necessidades educativas especiais, constatar qual seu o lócus nesses grupos e mostrar a importância em haver um profissional de Pedagogia em uma equipe multiprofissional. Para tanto, fizemos uma pesquisa do tipo descritiva, de cunho qualitativo, no espaço cibernético, WhatsApp, com cinco pessoas que faziam parte de um grupo de 11 mães de crianças especiais.

Fundamentamos nossas ideias em Gadotti (2003), Libâneo (2004), Frison (2004), Ghiraldelli Jr., (2007), Almeida (2010), Tozetto *et al.* (2011), Oliveira E. (2011), Oliveira L. (2012), Silvério e Rúbio (2012) e Castro *et al.* (2013), que mostram o novo perfil do profissional de Pedagogia; em Bruscato *et al.* (2004), Abuhab (2005), Baptista e Bossa (2007), Ferreira *et al.* (2009), Dawson e Rogers (2014) e na Lei nº 13.146 (BRASIL, 2015), que expõem o que é um grupo multiprofissional; e, por fim, nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001), na Secretaria de Educação Especial (SEESP) - (BRASIL, 2004), nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia (BRASIL, 2006), em Boucherville e Pinto (2007) e Pereira *et al.* (2015), que falam da competência do profissional pedagogo.

Evidenciamos que o pedagogo, na maioria dos grupos multiprofissionais investigados, não está presente e, quando se evidencia seu espaço nesses grupos, cabe-lhe, ainda, atuar exclusivamente no âmbito escolar como acompanhante pedagógico.

Entendemos, portanto, que o profissional de Pedagogia é o responsável por fazer reflexões contínuas sobre o processo de ensino-aprendizagem no âmbito escolar e fora dele. Sua importância em uma equipe multiprofissional está além de prioritariamente ensinar o currículo escolar e viabilizar a inclusão da criança com necessidades educativas especiais em espaços formais e informais de educação, considerando a análise das condições da saúde física e mental e os aspectos sociais, culturais e econômicos de todos envolvidos nos contextos educativos.

2 O fazer pedagógico hoje

As mudanças na sociedade, ao longo do tempo, fizeram da Pedagogia uma ciência direcionada à compreensão da educação como prática social, em que o sujeito é o ser humano enquanto aprendiz.

A Pedagogia é uma ciência que estuda os processos educativos, ou seja, os métodos, a organização do ensino e da aprendizagem, a visão de mundo e a sensibilidade de quem é ensinante e aprendiz; mas também ela é um campo de conhecimento que enfatiza a problemática educativa na sua totalidade, delineando a existência humana em seu todo, nas suas relações individuais e grupais, tendo a possibilidade de ser uma diretriz orientadora da ação educativa (GADOTTI, 2003; LIBÂNEO, 2004; GHIRALDELLI JR, 2007).

De acordo com Almeida (2010), essa ciência está relacionada com a questão do conhecimento e os processos de sua produção e socialização no decorrer da história humana. Assim, o trabalho pedagógico passou a ser visto como um conjunto de práticas sociais, intencionalmente sistematizadas de formação humana, que ocorrem nas relações sociais, de acordo com cada fase do desenvolvimento do indivíduo.

Para Frison (2004), o pedagogo, além de administrar aprendizagens, gerencia o planejamento, cria e dinamiza projetos de cursos, elabora materiais didáticos e coordena as relações entre o grupo de alunos, e todos incluídos no ato de ensinar e aprender. Oliveira (2011) informa que a função do pedagogo vem se modificando, acompanhando as mudanças na sociedade. Novas demandas exigem desse profissional novos conhecimentos, novas habilidades e, finalmente, novas competências. Oliveira (2012) mostra que o pedagogo não mais atua somente no ambiente escolar, passando a trabalhar em vários espaços, como: empresas, organizações não governamentais (ONGs), hospitais, centros culturais, editoras, *sites*, consultorias, enfim, em todas as áreas que necessitam de um trabalho educativo. Desse modo, esse profissional sai do espaço escolar, que, até pouco tempo, era seu ambiente limitado de trabalho, para se inserir em novos espaços de atuação, com uma visão redefinida de atuação.

A redefinição da atuação do pedagogo, para Castro *et al.* (2013), fez com os cursos de Pedagogia passassem a formar profissionais para atuarem na área da educação não formal. O que se verifica é sua maior inserção no mercado, de maneira mais ampla, colaborando com a formação de equipes multiprofissionais, com o objetivo de suprir as necessidades da

sociedade nas diferentes modalidades da educação, fazendo que pedagogos atuem em lugares que necessitam do apoio pedagógico em diferentes modalidades, seja na escola ou fora dela, de forma direta ou indireta, contribuindo para o desenvolvimento de habilidades, competências e assimilação de saberes da formação humana.

Diante de todas as transformações pelas quais a ciência pedagógica passou, segundo Silvério e Rúbio (2012), hoje podemos identificar a Pedagogia como um campo de atividade que lida com o processo de construção do conhecimento. O profissional dessa área é o mais apto a mediar e nortear a educação, que, por sua vez, é guiada pela fixação de regras que só se colocam por conta da existência de objetivos educacionais. Assim, o pedagogo é um profissional que trabalha com as questões de ensino e aprendizagem e, para tanto, deve estar preparado para trabalhar em qualquer ambiente em que se proporcione, de alguma maneira, aprendizagem, seja ela formal ou não.

Tozetto *et al.*(2011) afirma que o pedagogo é o profissional que se preocupa com a formação integral dos indivíduos e trabalha na promoção da aprendizagem para capacitar os cidadãos e promover uma melhora na sua autoestima, graças aos conhecimentos adquiridos, capacitando-o para atuar nos mais diversos espaços da sociedade, uma vez que grande parte das atividades desenvolvidas na educação formal é também desempenhada fora do âmbito escolar, e, se o pedagogo estiver bem preparado para atuar na escola, poderá fazê-lo com qualidade nos mais diversos lugares.

O pedagogo também se transformou, adequando-se a essa nova realidade, apresentando-se como profissional capacitado junto à sociedade. É necessário separar o que é escolar do que é educativo. O pedagogo pode desempenhar suas funções em todas as áreas que requerem trabalhos educativos, que envolvam processos de ensino-aprendizagem, portanto, pode atuar tanto nas escolas, quanto em organizações que valorizem a qualificação profissional. O importante é ter um conhecimento sólido a respeito da atividade que será exercida.

2.1 As equipes multiprofissionais

Durante o século XX, surgiu o modelo de trabalho multiprofissional, com disciplinas interagindo entre si. Essa interação ia desde uma simples comunicação de ideias até a integração real de conceitos, terminologias, metodologias e procedimentos. Era um modelo

que exigia dos profissionais envolvidos questionamentos quanto às intervenções técnicas executadas, buscando o acordo de ações específicas necessárias para o trabalho em comum.

Para Dawson e Rogers (2014), o modelo multiprofissional deve caracterizar uma equipe de atendimento, possibilitando, portanto, a interação entre algumas áreas, como educação especial, psicologia clínica e do desenvolvimento, terapia da fala, terapia ocupacional, pediatria e análise comportamental.

As autoras afirmam que as equipes devem ser configuradas em função das dificuldades apresentadas pelas pessoas especiais. Concordamos com essa visão, no entanto enfatizamos que a lista de profissionais que poderão atuar nos atendimentos será variável, conforme o nível de desenvolvimento e as demandas da criança.

De acordo com o § 1º, do art. 2º da Lei nº 13.146/2015, a equipe multiprofissional e interdisciplinar será necessária para a avaliação da deficiência, considerando as restrições nas funções e nas estruturas do corpo, os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais e as limitações nos desempenhos de tarefas e na participação. Constatamos ainda a importância da equipe multidisciplinar no diagnóstico e nos atendimentos ofertados para a pessoa especial no inciso I do § 4º do art. 18, que versa: “§ 4º As ações e os serviços de saúde pública destinados à pessoa com deficiência devem assegurar: I - diagnóstico e intervenção precoces, realizados por equipe multidisciplinar”.

Por fim, no que se refere ao aspecto legal, temos que destacar ainda o artigo 36, § 1º, do mesmo dispositivo legal:

Art. 36. O poder público deve implementar serviços e programas completos de habilitação profissional e de reabilitação profissional para que a pessoa com deficiência possa ingressar, continuar ou retornar ao campo do trabalho, respeitados sua livre escolha, sua vocação e seu interesse.

§ 1º Equipe multidisciplinar indicará, com base em critérios previstos no § 1º do art. 2º desta Lei, programa de habilitação ou de reabilitação que possibilite à pessoa com deficiência restaurar sua capacidade e habilidade profissional ou adquirir novas capacidades e habilidades de trabalho.

Assim, cabe à equipe multidisciplinar criar e aplicar programas de habilitação e de reabilitação para a pessoa especial. Vale destacar que o trabalho em equipe, com a finalidade de atendimento, exige uma construção coletiva de ações, ou seja, as dificuldades sempre presentes precisam ser refletidas e superadas em um aprendizado coletivo. Segundo Ferreira

et al (2009), a formação de uma equipe permite a troca de informações e a busca de um melhor plano terapêutico, colocando-se a cooperação como instrumento para enfrentar o fazer em grupo.

Entendemos ser árduo o caminho para a construção do trabalho cooperativo, uma vez que pressupõe solidariedade e confiança. Nessa perspectiva, acreditamos caber ao profissional considerar que a equipe é o ponto de partida para o fazer integrado, com vistas ao desenvolvimento do aprendiz.

No momento da constituição de um grupo e do começar a trabalhar em conjunto, podem surgir obstáculos. Os empecilhos à execução de um trabalho em equipe multiprofissional se dão, conforme Abuhab (2005), nas dificuldades para superar a visão pessoal de cada membro da equipe. Quando os elos da equipe tendem a se romper devido à comunicação deficiente, em regra geral, há o prevaletimento de um ou outro profissional, acarretando as deficiências na infraestrutura e a falta da ideia de grupo.

Entre todas as dificuldades enfrentadas para realização de atendimento por parte da equipe multiprofissional está o compromisso ético que, de acordo com Baptista e Bossa (2007), demanda congregar saberes de áreas variadas necessárias à inclusão daquele com necessidades especiais.

Essa troca acontece à medida que os profissionais interagem entre si, de modo que todos se frequentam reciprocamente, a exemplo do médico que vai à casa do pedagogo para aprender como ele trabalha, rompendo os dialetos e os vocabulários técnicos para se chegar a um conhecimento compartilhado útil.

Então, de acordo com Bruscato *et al.* (2004), o trabalho multiprofissional fez que muitos profissionais de saúde reconhecessem e valorizassem a postura de profissionais de outras áreas, como no que se refere à aprendizagem, às interações sociais, sem prescindir da importância do diagnóstico e das intervenções possíveis em sua própria área. Destacam as autoras que, embora cada profissional reconheça a influência de outras áreas (disciplinas) em sua prática profissional, isso não lhe dá permissão para atuar fora de sua formação.

A organização dos grupos de atendimento multiprofissional exige um profundo conhecimento acerca das dificuldades apresentadas pela pessoa com necessidades especiais. A seleção dos profissionais participantes da equipe deve estar relacionada com os objetivos em curto e longo prazos, mas sempre deixando evidentes as atuações individual e grupal.

A habilitação e a reabilitação de uma pessoa especial requerem um conjunto de medidas, ações e serviços com o intuito de desenvolver e ampliar habilidades físicas, cognitivas, sensoriais, atitudinais, entre outras, que são garantidas pelo atendimento de um grupo terapêutico. Assim, o ideal é que todas as pessoas com necessidades especiais tenham o auxílio de uma equipe multiprofissional. É sabido que os serviços de atendimento a essas pessoas são ofertados em clínicas particulares e em pontos de atenção da rede pública de saúde, como os Centros Especializados em Reabilitação (CER), no entanto nem todos os municípios do Brasil possuem esses centros, o que deixa muitas pessoas sem esse suporte.

2.2 O fazer pedagógico nas equipes multiprofissionais de atendimento a crianças especiais.

Fica evidente que pode haver dificuldades para que uma criança com necessidades especiais aprenda conteúdos do currículo escolar. Isso ocorre devido aos inúmeros sintomas que comprometem a comunicação e o comportamento. Isso não impossibilita, no entanto, o aprendizado dela, apenas desafia o professor a pensar em estratégias e criar recursos.

Defendemos a presença do pedagogo em grupos de atendimento a pessoas com necessidades especiais. Para justificar tal situação, recorreremos às Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia (BRASIL, 2006), que mencionam as possibilidades de atuação do pedagogo:

Art. 4º O curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. (BRASIL, 2006, p.2)

Qualquer que seja a área em que haja a necessidade de conhecimentos do currículo escolar, o pedagogo poderá atuar. Vale destacar também que essas diretrizes enumeram as competências que um pedagogo deve ter. Enfatizamos as que comprovam a possibilidade de o pedagogo atuar em grupos multiprofissionais de atendimentos, conforme a Resolução CNE/CP nº 1 (BRASIL, 2006):

IV- trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo;

V- reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais, afetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas;

VI- ensinar Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;

(...)

IX- identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;

X- demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras;

Fica patente a possibilidade de o pedagogo estar presente em grupos multiprofissionais de atendimento a pessoas especiais. De acordo com a Secretaria de Educação Especial - SEESP (BRASIL, 2004), o objetivo maior, no acompanhamento de pessoas com necessidades especiais, é a integração de conhecimentos, daí a necessidade de várias profissões atuando em conjunto.

Dizem as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001) que o maior desafio para o professor que acompanha uma pessoa deficiente é propor estratégias diferentes, como parte de um projeto educativo e social, a fim de incluí-la na sociedade, exercendo seu direito à cidadania.

Pereira *et al.* (2015) chamam-nos a atenção quanto ao fato de que não basta a presença de recursos para termos sucesso com alunos no ensino e aprendizagem. É preciso, dizem elas, termos atenção quanto ao material escolhido para ensinar, ao uso e à viabilidade, além de um acompanhamento contínuo. Nessa questão, pensamos que o pedagogo seria o profissional mais competente para atuar.

Seria necessário analisar o perfil do aluno para propor o caminho adequado para a aquisição de um novo conhecimento. Uma reflexão continuada no processo que é o ensino e o aprendizado. Aqui vemos a necessidade de elos entre a sondagem de conhecimentos que o aluno tem, o conhecimento que será adquirido e o recurso adequado. Como diz Pereira *et al.* (2015, p. 208): “A viabilidade de criar um material, considerando as características e as

necessidades do aluno, proporciona um aprendizado tanto para o professor quanto para o aluno”.

Boucherville e Pinto (2007) acreditam que o profissional de pedagogia deve fazer parte da equipe de atendimento de crianças especiais, contribuindo para a elaboração do plano de trabalho e ensinando habilidades cognitivas como ler e escrever.

Acreditamos, então, que o programa de conteúdos escolares precisa ser considerado no ensino e aprendizado de pessoas especiais. É notório que há a necessidade de adaptações, segundo as características de cada indivíduo. Seria, então, o maior desafio do profissional de Pedagogia, em grupos de atendimento a pessoas especiais, possibilitar acesso ao currículo escolar. Vale destacar que sua competência é, além disso, integrar e gerir o processo de ensino e aprendizagem, o que pressupõe a avaliação das condições gerais que propiciam essa ação, ou seja, será preciso conhecer e analisar as condições estruturais de saúde física e mental e os aspectos sociais, culturais e econômicos das partes envolvidas.

3 Metodologia

Fizeram parte de nossa pesquisa 11 mães, presentes em um grupo de WhatsApp, das quais apenas cinco participaram. A formação desse grupo ocorreu após essas mães se conhecerem em clínicas particulares de atendimento a crianças especiais. O grupo era usado para discutir sobre as assistências dos profissionais a seus filhos, diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Todas as crianças encontravam-se na faixa etária entre seis e três anos e estavam matriculadas em escolas particulares, na educação infantil.

As mães desse grupo tinham formação superior e estavam cientes do papel de cada profissional nas equipes terapêuticas, sendo, assim, possível a identificação da função do pedagogo. Elas foram levadas a participar, por meio de uma comunicação postada no grupo de WhatsApp, com a devida permissão, informando que se tratava de uma pesquisa que procurava saber que profissionais faziam parte do grupo de atendimento de suas crianças e que seriam feitas quatro perguntas para que fossem respondidas por quem desejasse.

Somente cinco mães responderam às questões, o que nos levou a indicar que a amostragem foi do tipo não-probabilística, uma vez que foi realizada de forma não-aleatória, ou seja, a escolha foi por conveniência, considerando as características particulares do grupo

em estudo, além do conhecimento que tivemos do que estava sendo investigado MOORE (2004); BUSSAB e BOLFARINE (2005).

Dessa maneira, fizemos uma pesquisa do tipo descritiva, ou seja, procuramos identificar as características do grupo, e de cunho qualitativo. Para Silva e Menezes (2005, p.21), a pesquisa descritiva visa a descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Por sua vez, a pesquisa qualitativa, de acordo com Silva e Menezes (2005, p.20), “é uma investigação em que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito [...]. Nela há a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados”.

Usamos o questionário com perguntas abertas para coleta de dados, enfatizando as seguintes temáticas: a formação do grupo multiprofissional, a indicação dada para a formação, o responsável pela coordenação e o acompanhamento da criança no âmbito escolar. Lakatos e Marconi (2010, p. 184) dizem que o questionário é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do pesquisador.

4 O pedagogo nos grupos multiprofissionais de atendimento a crianças especiais

É mister entender que o profissional de Pedagogia lida com o desenvolvimento de habilidades cognitivas. Quando se trata de ensinar algo a alguém, não basta fazer a ação de ensinar, mas é preciso saber analisar o processo de ensino e aprendizagem. Isto é, antes de tomar uma decisão quanto a voltar, permanecer ou progredir em assuntos que a criança está a aprender, cabe ao pedagogo elaborar hipóteses, fazer inferências, levantar conhecimentos prévios já adquiridos, ou não. Ensinar é um trabalho intelectual. Aquele que ensina deve fazer reflexões contínuas sobre o processo de ensino e aprendizagem.

Partindo do princípio que a criança com necessidades educativas especiais precisa de um pedagogo, resolvemos constatar se esse profissional faz parte de grupos multiprofissionais de atendimento a crianças e em que espaço ele costuma atuar. Para averiguar essa questão, fizemos quatro perguntas. Na primeira, procuramos destacar os profissionais que faziam parte dos grupos de atendimento, ao que obtivemos como resposta:

P.1 – Psicóloga, terapeuta ocupacional, fonoaudióloga e educador físico, além de fazer terapia em grupo.

P.2 – Fonoaudiólogo, psicóloga, psicopedagogo, educador físico e musicoterapeuta.

No Centro Integrado de Reabilitação (CEIR), possui todos os anteriores e mais terapeuta ocupacional, nutricionista, neuropediatra e assistente social.

P.3 – Psicólogo, fonoaudiólogo, psicomotricista, musicoterapeuta e educador físico. Há acompanhante terapêutica da escola (estudante de psicologia).

P.4 – Pedagogo, psicólogo e fonoaudiólogo.

P.5 – Psicóloga, fonoaudióloga e psicomotricista.

Diante da faixa etária das crianças (três a seis anos), em idade escolar, na educação infantil, cujas mães foram pesquisadas, fica notória a presença de diferentes profissionais. Essa situação manifesta-se, principalmente, quando analisamos as respostas dadas por P1, P2 e P3. Baptista e Bossa (2007) e Dawson e Rogers (2014) entendem ser necessário um trabalho multidisciplinar nos grupos de atendimento, uma vez que, por meio da cooperação entre as áreas envolvidas, teremos a possibilidade de um trabalho integrado, garantindo a possibilidade de inclusão daquele que aprende.

Outro ponto é que não identificamos a presença do pedagogo em quatro grupos. No grupo P2, havia um psicopedagogo que tinha formação em Psicologia nos atendimentos particulares e, no grupo P4, um pedagogo. Tozetto *et al.* (2011) e Silvério e Rúbio (2012) mostram que é o pedagogo que trabalha com a construção do conhecimento. Ele é o responsável pelo processo de ensino e aprendizagem, preocupando-se com a formação integral do indivíduo. Sendo assim, é inconcebível que, em um grupo, não haja alguém que possa ser responsável por direcionar o ato de aprender.

Após as respostas dadas à primeira questão, ficamos instigados a saber quem motivava a escolha desses profissionais e o resultado mostrou que era, em regra, o/a neuropediatra, conforme vemos a seguir:

P.1- Neuropediatra.

P.2 - Neuropediatra.

P.3 - Sem resposta.

P.4- No começo, a neuropediatra; depois, eu mesma.

P.5 - A própria mãe procurou seguir a indicação de outras mães.

Buscamos, exatamente, verificar de que maneira há a formação do grupo de atendimento de crianças com TEA. Constatamos que, regra geral, a indicação é feita no consultório do/a neuropediatra, que, por sua vez, prescinde a presença do pedagogo no grupo e indica, sempre, dois profissionais para atuarem na terapia: psicólogo e fonoaudiólogo. Destacamos Bruscato *et al.* (2004), que dizem ser o trabalho multiprofissional uma atividade que envolve médicos, fisioterapeutas e outros profissionais, todos com o intuito de proporem uma intervenção adequada.

É evidente que concordamos que o grupo de atendimento a pessoas com necessidades educativas especiais deve ser multidisciplinar, mas não concordamos com a exclusão do pedagogo, que, para nós, pode atuar em qualquer área que haja a necessidade de conhecimentos do currículo escolar (BRASIL, 2006, p. 2).

Depois dessas duas situações de formação do grupo, buscamos saber quem era o coordenador nas equipes pesquisadas. Partimos do pressuposto que o pedagogo poderia ser indicado como coordenador, uma vez que essa função pode ser exercida por qualquer profissional e pelo fato de as crianças acompanhadas estarem em idade escolar; no entanto, verificamos que é o psicólogo o profissional que mais aparece nessa função.

P.1 – Psicóloga.

P.2 – Psicóloga.

P.3 – Psicóloga.

P.4 – Pedagogo.

P.5 – Sem resposta.

Sobre o coordenador nos grupos de terapias, recorreremos a Abuhab (2005), que enfatiza a importância da superação da visão pessoal de cada membro da equipe, para a mesma ser grupo, sendo preciso investir na comunicação, havendo a necessidade de um

supervisor (coordenador). Constatamos que, em quatro grupos, há coordenador, mas observamos, mais uma vez, que em apenas um o pedagogo aparece nessa função, mesmo existindo outro profissional com atuação em psicopedagogia em outro grupo. Boucherville e Pinto (2007) destacam a possibilidade de o pedagogo estar na equipe terapêutica, contribuindo para elaboração do plano de trabalho e podendo, portanto, coordenar.

Por fim, procuramos saber quem acompanhava a criança com necessidades especiais na escola. A intenção foi perceber se nesse lócus havia a presença de um pedagogo.

P.1 – Não possui acompanhamento pedagógico.

P.2 – A escola oferece uma professora auxiliar em sala de aula.

P.3 – Estudante de psicologia.

P.4 – Pedagoga.

P.5 – Não tem acompanhante. A psicóloga e a fonoaudióloga fazem reuniões com a escola.

Nessa questão, esperávamos que fosse indicado o profissional de Pedagogia, uma vez que ele faz um trabalho com a sistematização da aprendizagem e possui formação que o capacita a trabalhar com o ensino (BRASIL, 2004; BRASIL, 2006; BRASIL, 2014).

Continuamos a ver o pedagogo em apenas um grupo no ambiente escolar. Mais uma vez, Boucherville e Pinto (2007) deixam evidente que o profissional de pedagogia deve ensinar habilidades cognitivas como ler e escrever.

Após analisarmos os dados, verificamos que o pedagogo só aparece em um grupo dos que foram pesquisados. O que mostra a pouca importância que é dada a esse profissional em equipes multiprofissionais de atendimento a crianças especiais. Desconcertante ainda é que nem no espaço escolar, na função de acompanhante pedagógico, há a presença do pedagogo. O fato é que as crianças estão em idade escolar, conforme foi destacado, sendo imprescindível a presença de um responsável pelo ensino-aprendizado.

5 Considerações finais

O profissional de Pedagogia estuda o fenômeno da educação em sua globalidade, ou seja, é capaz de analisar processos formativos dentro e fora do ambiente escolar. A prática do

pedagogo pode fazer parte dos grupos multiprofissionais de atendimento a crianças especiais, dando-lhes o reforço significativo na aprendizagem do currículo da escola, além de poder planejar e criar projetos de cursos específicos para determinados déficits de conhecimento, avaliar o processo de ensino e aprendizagem, elaborar material didático adaptado ao nível em que a pessoa especial se encontra e assessorar a relação prazerosa entre o aluno especial, a equipe terapêutica e o assunto a ser aprendido.

Retomando nossos objetivos, constatamos que o pedagogo, regra geral, não aparece nos grupos multiprofissionais de terapia, e, quando está presente, nem como acompanhante pedagógico atua. É preciso, pois, começarmos a destacar a importância desse profissional em contextos não escolares, enfatizando sua atuação em parceria com os outros profissionais, no caso, os da equipe multidisciplinar de atendimento, dando atenção especial aos processos de ensino e aprendizagem e favorecendo a criança com necessidades educativas especiais a permanecer nas escolas de ensino regular, atitude prevista legalmente hoje.

O pedagogo, no que se refere ao desenvolvimento da criança especial, poderá atuar como professor na escola em que a criança estuda, sendo o titular na sala de aula, assim como estar na função de professor do Apoio Educacional Especializado (AEE), auxiliando outro docente; ou, também, ser acompanhante pedagógico na escola, assessorando mais de perto a aprendizagem da criança, além de poder ser um membro da equipe terapêutica multiprofissional, sendo, sobretudo, responsável pelo aprendizado do currículo escolar no ambiente domiciliar.

Para que a inclusão de fato ocorra, subentendemos não poder deixar de ensinar o currículo que é usado na escola. Assim, vemos a necessidade de um pedagogo nos grupos de terapia, principalmente, para as atribuições referentes ao ensino e à aprendizagem da criança com necessidades especiais.

Referências

ABUHAB, D. *et al.* O trabalho em equipe multiprofissional no CAPS III: um desafio. **Rev. Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 26, n. 3, p. 69-80, 2005. Disponível em: <http://http://www.periodicos.capes.gov.br/>. Acesso em: 28 set. 2019.

ALMEIDA, C. M. **Pedagogo escolar**: as funções supervisora e orientadora. Curitiba: Ibepex, 2010.

BAPTISTA, C. R.; BOSSA, C. **Autismo e educação: reflexões e propostas de intervenção.** Porto Alegre: ARTMED, 2007.

BOUCHERVILLE, G. C.; PINTO, V. P. O papel do Pedagogo em uma equipe multidisciplinar de equoterapia. *In: IV CONGRESSO BRASILEIRO MULTIDISCIPLINAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL*, 2007, Londrina, **Anais [...]** Londrina, 2007. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2007/315.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura.** Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf. Acesso em: 31 ago. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** Secretaria de Educação Especial: MEC, SEESP, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Saberes e práticas da inclusão: dificuldades acentuadas de aprendizagem: autismo.** Brasília: MEC, SEESP, 2004. Disponível em: <http://www.ama.org.br/site/images/home/Downloads/mecautismo.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtornos do Espectro do Autismo (TEA).** Brasília-DF, 2014.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 7 mar. 2020.

BRUSCATO, W. L. *et al.* **A prática da psicologia hospitalar na Santa Casa de São Paulo: novas páginas em uma antiga história.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

BUSSAB, W.; BOLFARINE, H. **Elementos de amostragem.** São Paulo: Edgar Blucher, 2005.

CASTRO, B. G. *et al.* O papel do Pedagogo na gestão da comunicação empresarial. *In: CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CONAPE, 2.,* Francisco Beltrão, 2013. **Anais[...]** Francisco Beltrão (PR), 2013. Disponível em: <http://http://www.periodicos.capes.gov.br/>. Acesso em: 28 set. 2019.

DAWSON, G.; ROGERS, S. J. **Intervenção precoce em crianças com autismo.** São Paulo: Blume, 2014.

FERREIRA, R. C. *et al.* Trabalho em equipe multiprofissional: a perspectiva dos residentes médicos em saúde da família. **Ciências e Saúde Coletiva**, v. 14, n. 1, p. 421-428, 2009. Disponível em: <http://http://www.periodicos.capes.gov.br/>. Acesso em: 28 set. 2016.

FRISON, L. M. B. O pedagogo em espaços não escolares: novos desafios. **Ciência.** Porto Alegre: n. 36, p. 87-103, jul./dez. 2004.

GADOTTI, M. **Boniteza de um sonho: ensinar-e-aprender com sentido**. Novo Hamburgo: Feevale, 2003.

GHIRALDELLI JR. P. **O que é pedagogia?** Brasiliense, 2006. Coleção primeiros passos; 193. 5ª reimpressão. da 3. ed. de 1996. Disponível em: <https://www.netmundi.org/home/wp-content/uploads/2017/04/Cole%C3%A7%C3%A3o-Primeiros-Passos-O-que-%C3%A9-Pedagogia.pdf>. Acesso em: 6 ago.2020.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do Trabalho Científico**. 7. ed., São Paulo: Atlas, 2010.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MOORE, D. S. **Estatística básica e sua prática**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 3. ed., 2004.

OLIVEIRA, E. G. A função do Pedagogo como supervisor escolar. **Revista Científica Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas da Eduvale**. São Lourenço, v. 4, n. 6, 2011. Disponível em: <http://www.periodicos.capes.gov.br/>. Acesso em: 28 set. 2016.

OLIVEIRA, L. B. Pedagogia empresarial: atuação do Pedagogo nas organizações. *In: COLOQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE*, 6., 2012, São Cristovão (SE). **Anais[...]** São Cristovão (SE), 2012.

PEREIRA, A. C. dos S.; BARBOSA, M. O.; SILVA, G. G. da; ORLANDO, R. M. Transtorno do Espectro Autista (TEA): definição, características e atendimento educacional, **Educação**. Batatais, v. 5, n. 2, p. 191-212, 2015.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. rev. atual. Florianópolis: UFSC, 2005. Disponível em: http://www.convibra.com.br/upload/paper/adm/adm_3439.pdf. Acesso em: 6 jun. 2019.

SILVÉRIO, C. A.; RÚBIO, J. A. S. Brinquedoteca hospitalar: o papel do Pedagogo no desenvolvimento clínico e pedagógico de crianças hospitalizadas. **Revista Eletrônica em Saberes da Educação**. São Roque, v.3, n.1. 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.capes.gov.br/>. Acesso em: 28 set. 2019.

TOZETTO, S. S. O trabalho do Pedagogo nos espaços educativos não formais. **Revista de Ciências da Educação**. São Paulo, n. 25, 2011. Disponível em: <http://www.periodicos.capes.gov.br/>. Acesso em: 28 set. 2019.

Recebido em: 26/06/2019
Revisado em: 24/08/2020
Aprovado em: 04/09/2020
Publicado em: 14/12/2020